

Resenhas

1- Cartas – correspondência ativa e passiva – José de Anchieta

Maria Augusta Machado da Silva

Museóloga, sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e especialista em assuntos de história e cultura da América do Sul.

2- A Guerra da Lagosta

Tenente Carlos André Lopes da Silva

Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui o curso de pós-graduação em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-RIO). Atualmente exerce a função de historiador do Departamento de História Marítima e Naval do Serviço de Documentação da Marinha.

3- Memórias de um Engenheiro Naval

Comandante Francisco Eduardo Alves de Almeida

Graduando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É sócio titular (IHGM) do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e sócio da Associação Nacional de História (ANPUH). É o atual diretor do Serviço de Documentação da Marinha.

1

ANCHIETA, José de. *Cartas – correspondência ativa e passiva*. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

Todas as cartas são acompanhadas de anotações do Padre Viotti, que também assina a Introdução Geral, em que são mencionadas e analisadas as raízes genealógicas de Anchieta e estabelecido o seu parentesco com Inácio de Loiola, fato que, aliado ao seu excepcional talento para as missões que lhe foram confiadas, pode ter contribuído para que tais missões lhe fossem atribuídas, permitindo-lhe endereçar-se diretamente ao papa e ao rei, bem como ao fundador da Companhia de Jesus.

“Basco de origem pelo lado paterno, provinha de uma família aparentada aos Loiola. Seu pai, João López de Anchieta, natural do Vale de Urrestilha, transferiu-se, a conselhos de parentes, por ter-se envolvido na revolta dos comuneros, para as Ilhas Canárias, fixando-se na de Tenerife, na cidade de Laguna, pelo ano de 1522. Aí exerceu com o tempo cargos públicos de certo relevo, casando-se em 1531 com a viúva do Bacharel Nuno Nuñez de Villavicêncio, Dona Mência Diaz de Clavijo e Llarena. Em casa até hoje existente junto à Praça del Adelantado, nasceu José a 19 de março de 1534.” (Viotti, p. 13)

João López de Anchieta era aparentado com Iñigo López de Loyola, ambos bascos e de sangue nobre, o segundo deles um Loyola de boa cepa, que exerceu o cargo militar de “meznamero” de seu parente Juan Manrique Lara, Duque de Nájara, quando da revolta dos “comuneros” contra o Imperador Carlos V. Bravo e competente, o Capitão Iñigo tornou-se uma alma da resistência ao ataque dos franceses durante o cerco de Pamplona, do qual saiu herói e coxo, em virtude de ferimentos gravíssimos na perna esquerda.

No campo inimigo, lutou o primo pelo lado materno Juan López de Anchieta, menos competente militarmente, tanto que foi capturado e levado a julgamento, tendo sido condenado à pena capital, da qual se livrou por intercessão dos parentes que, como se sabe, aconselharam-no a abandonar a Espanha, o que o levou a Tenerife, a San Cristóbal de la Laguna.

Tanto o Bacharel Nuno Nuñez de Villavicêncio, como sua viúva que, no segundo casamento veio a ser a mãe de José de Anchieta, eram cristãos-novos, de famílias abastadas.

O precoce José logo manifestou uma inteligência privilegiada e grande pendor para as letras. Aos 14 anos de idade, junto com seu meio-irmão Pedro, que mais tarde também se tornaria jesuíta, foi enviado à Coimbra, aos cuidados de parentes da mãe, eles também prósperos cristão-novos.

Os dois irmãos foram matriculados no famoso Colégio das Artes, anexo à Universidade de Coimbra, onde passaram cinco anos, tendo sido alunos de Diogo de Teive, “um dos que compunham a notável plêiade de insígnies humanistas, portugueses e de outras nacionalidades, para lá convocados por D. João III” (Viotti, p. 13).

A biografia de José de Anchieta é bem conhecida e é a de um homem excepcional pelo talento, pela cultura, pela devoção, pelo apostolado, pelo magistério, pela ação catequética, além de grande missivista e de grande poeta erudito do longo poema *De beata Virgine dei Mater Maria*, que ele teria escrito em três meses, no fim do período de cinco meses que esteve com o Padre Manuel da Nóbrega, como refém dos ferozes tamoios.

Homem de ação, está presente na fundação das que viriam a ser as duas maiores cidades do Brasil.

Chegado ao Brasil ainda na condição de irmão, conseguiu tempo e concentração bastantes para completar sua formação religiosa, adquirindo, segundo seus biógrafos, perfeita suficiência em teologia especulativa e moral.

Passou 44 dos 63 anos de sua vida no Brasil e foi sem dúvida o mais competente agente civilizador das nações indígenas, com quem manteve contato e que enxergava não com olhos de colonizador, mas de civilizador, se se

entende que seu projeto, digamos político, de ação implicava a preservação das culturas nativas, como instrumento de consolidação da empresa colonial portuguesa. “E juntamente haja quem ajude a defender a terra. Porque bem se deixa ver e os portugueses assim o confessam, que sem eles mal se poderá conservar este Estado do Brasil.” (Carta a Felipe II, de 7 de agosto de 1583)

Ainda que escandalizados pelos “costumes bárbaros” dos nativos, ele teve a percepção realista de que aquela gente era a cepa em que se deveriam implantar os enxertos do que deveria vir a ser uma sociedade mestiça e cristianizada.

Um detalhe intrigante de sua vida é a doença de que foi acometido ainda em Coimbra e que interrompeu o seu curso de Filosofia.

“Antes de o interromper, o fervor com que o jovem noviço se deu à prática da oração e da penitência e sobretudo o exercício todas as manhãs de acolitar de cinco a dez missas diárias – encarregado que foi da sacristia do noviciado – em poucos meses lhe arruinaram a saúde. Tuberculose óssea seria a causa da escoliose que lhe dobrou a espinha, deformando-lhe as costas. Recolhido à enfermaria, nela permaneceu até que os médicos, como último recurso, lhe aconselharam a mudança para o Brasil” (Viotti, p. 14).

Esse relato suscita algumas dúvidas e alimenta certas inferências, difíceis de comprovar, mas não descabidas e descartáveis.

Primeiro: numa ordem de perfil “militar” e político como a Companhia de Jesus, organizada para a conversão dos infiéis do Oriente e – por solicitação de João III ao Papa Paulo III – dedicada à propagação da fé nos domínios ultramarinos de Portugal na Ásia, África e América, como aceitar que um noviço se dedicasse com exacerbado fervor de candidato a mártir a funções que lhe minavam a saúde e que só foram interrompidas pela doença?

Segundo: teria já a tuberculose sido identificada nosologicamente naquela época? E com tanta clareza que se pudesse diagnosticar a sua variante “óssea”? Mas sem qualquer receio de contágio?

Quarto: a Companhia admitia jovens enfermos no seu noviciado?

Quinto: não seriam esses jovens enfermos movidos pelo ideal do martírio, estranhos aos preceitos da Ordem, mandados morrer em locais distantes – agora a especulação – como forma de completar a limpeza de seus sangues de cristão-novos? Para o bem geral de suas almas e do *status* social de suas famílias?

O toque irônico em tudo isso é que o imbatível José de Anchieta, dois anos após sua chegada ao Brasil, “em 1555, completados seus 21 anos, em carta aos ‘irmão enfermos’ de Coimbra, dava a notícia de sua saúde praticamente recuperada e de suas muitas ocupações de mestre, aprendiz de tupi, enfermeiro e catequista de índios, fabricante de alpargatas e escritor.” (Viotti, p. 15)

E sem atribuir a “saúde praticamente curada” a nenhuma intercessão milagrosa. Como um convite: venham. Aqui pode estar a cura de suas doenças.

O múltiplo Anchieta não exerceu apenas aquela meia dúzia de ofícios de que ele dá conta aos seus irmãos enfermos, mas também os de lingüista, cronista, médico, administrador, negociador, intérprete, diplomata e ... estrategista militar.

O Padre Hélio Abranches Viotti menciona duas cartas que Anchieta, já provincial, enviou a Felipe II, Rei da Espanha e depois também de Portugal, uma das quais perdida.

A outra, enviada da Baía de Todos os Santos e datada de 7 de agosto de 1583, esteve perdida até 1983, quando foi encontrada, casualmente, no Arquivo de Simancas, seção Guerra Antigua (ou também Mar y Tierra), maço 148, doc. 166, pelo historiador espanhol Rumeu de Armas.

Nesta carta, Anchieta refere-se a uma anterior, datada provavelmente de janeiro:

“Por um patacho de aviso, que veio a estas partes do Brasil e partiu do Rio de Janeiro no último do mês, envie a Vossa Majestade um maço de cartas do General Diogo Flores e escrevi (acerca) do estado em que ele se achava com sua armada”.

Na mesma carta, faz também referência a uma carta recebida de Felipe II:

“...Manuel Teles me entregou uma de Vossa Majestade, em que me manda (que) lhe dê todas as informações e avisos necessários para aumento da conversão dos índios à nossa Santa Fé e conservação nela”.

A carta a Felipe II – então Rei das Coroaas Ibéricas Unificadas –, se por um lado confirma o grande interesse de Felipe pela obra de cristianização desenvolvida pelos jesuítas, revela um surpreendente Anchieta ao mesmo tempo preocupado com a evangelização e preservação da conversão dos índios, e com a defesa militar do território em face da ação dos corsários ingleses.

Anchieta informa ao rei que durante os meses de março, abril e parte de maio estivera esperando pela armada capitaneada pelo General espanhol Diogo Flores que voltara do Estreito de Magalhães “e achou as capitanias do Rio de Janeiro e São Vicente, como as deixara, muitos quietas a serviço de Sua Majestade”.

Mas Anchieta alerta ao General Diogo Flores sobre a situação da capitania do Espírito Santo, onde havia poucos dias estivera um dos galeões ingleses, e sugere uma visita “ao sítio da barra, para nela fazer-se algum forte”. Mas com as naus muito destroçadas e os tempos “contrários e bravos”, seguiu direto para a Bahia, “com muito trabalho”.

Prossigue o Padre Anchieta o seu informe militar, assumindo perante o rei a postura de consultor em estratégia:

“4. Eu vim pelo Espírito Santo e achei toda aquela terra alarmada, com medo dos ingleses, porque deixaram dito que, para o ano que vem, viriam ali com três ou quatro galeões.

“5. E se o cumprirem e quiserem fazer força, não têm os moradores que fazer se-

não recolher-se cada qual pelos montes ou onde melhor puder, porque não têm outra defesa e a barra é tão acomodada que, se os ingleses fizerem algum forte nela, seria mui dificultoso expulsá-los daí.” (Viotti, p. 337)

Arremata a informação militar com uma intervenção diplomática, encaminhando reivindicação de natureza política, que já aponta na direção da idéia de um território unificado:

“6. Pelo qual, assim o Governador dela Vasco Fernandes Coutinho, como os moradores estão muitos desejosos de que Vossa Majestade tome a capitania como sua e a fortifique como coisa de que depende toda a sua salvação.” (Viotti, p.337)

E reforçando a idéia de um Brasil consolidado, sob a consideração geopolítica premonitória da importância da presença do Estado brasileiro no que viria a ser denominado cone sul do continente, passa ao rei uma visão “imperial” da necessidade de integração do grande território brasileiro:

“7. E disto tem muita necessidade todas as capitanias, não só para conservação deste Estado do Brasil, mas também para a navegação do estreito, Rio da Prata e Peru. Além de outras vantagens que não são para carta, que Diogo Flores tem bem entendido e creio leva determinação de praticar muito miudamente com Vossa Majestade”. (Viotti, p. 338)

Certamente, ficamos muito curiosos de quais seriam as “outras vantagens que não são para carta” e que ele explicou bem a Diogo Flores, mas teme que o general não “pratique” com sua majestade (“e creio leva determinação de praticar muito miudamente com Vossa Majestade”).

Felipe II preferiu tomar outras providências. Mas a Anchieta fica creditada uma visão geopolítica de estadista, surpreendente em quem não tinha por prática diária especular sobre os destinos das nações.